



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

1º A 5 DE JULHO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (02/07)

GTGIBS - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A TRATAR DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR RELATIVO AO COMITÊ GESTOR E À DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS)

Audiência Pública - Tema: Comitê Gestor e Distribuição da Receita do IBS

Resultado: Realizada.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PLP 12/2024 - Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.

Autor: Poder Executivo

Relator: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PL 537/2024 - Dispõe sobre o fortalecimento da atividade de inteligência policial para a prevenção, investigação e repressão aos crimes cujo aliciamento de pessoas ocorre pela Internet e as ações de violência extrema e mórbida se manifestam fora dela.

Explicação: Prevê o fortalecimento das ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos, especialmente os que tenham repercussões sociais violentas.

Autor: Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Relator: Delegado Palumbo (MDB/SP)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Resultado: Não deliberado.

PL 1225/2023 - Excepciona situações em que a exposição de imagens e a divulgação de nomes de investigados, acusados ou réus não configura ato ilícito.

Explicação: estabelece que não configura infração administrativa, civil ou penais as condutas ministeriais ou conduzidas pela autoridade policial a divulgação de ações, procedimentos e atos relativos à funções institucionais, assim como de gravações de áudios ou quaisquer direitos protegidos por cláusulas judiciais, com difusão autorizada.

Autor: Delegado Fabio Costa (PP/AL)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PL 647/2022 - Altera redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Explicação: Pretende restringir a cota de contratação de PCDs às empresas urbanas e rurais com fins lucrativos.

Autor: Nereu Crispim (PSD/RS)

Relator: Márcio Jerry (PCDOB/MA)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQ 44/2024 - Requer a participação de novo convidado para a audiência para debater a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 606/2024.

Convidado:

- Rodrigo Marinho, representante do Instituto Livre Mercado – ILM

Autor: Marcel Van Hattem (NOVO/RS)

Resultado: Aprovado com inclusão de representante do Ministério Público do Trabalho.

PLP 137/2019 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial.

Autor: Flávio Arns

Relator: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 323/2024 - Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao empregado demitido sem justa causa que integre sociedade empresária ou seja microempreendedor.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Delegado Ramagem (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Trabalho (CTRAB).

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PL 3946/2012 - Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 para permitir aquisição de produto ou processo inovador gerados por meio de políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Relator: Alice Portugal (PCDOB/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8252/2014, apensado.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

Quarta-feira (03/07)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Audiência Pública - Tema: A importância das Unidades de Pesquisa de Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI para o desenvolvimento do Brasil

Resultado: Realizada.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQ 42/2024 - Requer a constituição de um Grupo de Trabalho junto a esta Comissão Permanente, com o objetivo de debater e apresentar propostas referentes à legislação que trata de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária.

Autor: Hugo Leal (PSD/RJ)

Resultado: [Aprovado](#).

PL 3412/2021 - Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada.

Explicação: institui tal política, com as seguintes diretrizes: i) a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica; ii) a aplicação e o respeito ao direito civil, tributário, empresarial, econômico, ambiental e do trabalho nas relações público/privado encontradas no âmbito legal e no ordenamento jurídico; iii) considerar como atribuição obrigatória da iniciativa privada, perante a sociedade, o pagamento dos tributos e contribuições estabelecidos por lei, para cada setor empresarial brasileiro; iv) a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; v) a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; vi) o estímulo a iniciativa privada e suas economias locais, com redução das interferências públicas na gestão econômica do ente privado; e vii) a valorização do empreendedorismo, do crescimento econômico privado, da geração de riquezas e da criação de novos postos de trabalho.

Autor: Marcelo Ramos (PT/AM)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

Resultado: [Aprovado](#). A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / *Incluída após envio da Agenda*

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Resultado: [Não deliberado](#).

PL 1225/2023 - Excepciona situações em que a exposição de imagens e a divulgação de nomes de investigados, acusados ou réus não configura ato ilícito.

Explicação: estabelece que não configura infração administrativa, civil ou penais as condutas ministeriais ou conduzidas pela autoridade policial a divulgação de ações, procedimentos e atos relativos à funções institucionais, assim como de gravações de áudios ou quaisquer direitos protegidos por cláusulas judiciais, com difusão autorizada.

Autor: Delegado Fabio Costa (PP/AL)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: [Não deliberado](#).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / *Incluída após envio da Agenda*

REQ 164/2024 - Requer a realização de Reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação para debater sobre “Portaria MEC nº 528, de seis de junho de 2024, que estabelece novos referenciais de qualidade e um marco regulatório para a oferta de cursos de graduação na modalidade à distância.”

Convidados:

- Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC);
- Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Representante do Instituto Brasileiro de Direito Regulatório (IBDRE);
- Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP);
- Representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); e
- Representante da Associação Brasileira de Ensino à Distância (ABED).

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 171/2024 - Requer a Realização de Audiência Pública para discutir as Portarias do Ministério da Educação (MEC) nº. 528 e nº. 529, publicadas em 06 de junho de 2024, que tratam, respectivamente, dos novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) e da criação do Conselho

Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares).

Convidados:

- Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (ABE EAD);
- João Mattar, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED);
- Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); e
- Representante do Ministério da Educação (MEC).

Autor: Gustavo Gayer (PL/GO)

Resultado: [Aprovado](#).

PL 2497/2021 - Dispõe sobre a oferta de educação híbrida.

Explicação: Institui que os sistemas de ensino poderão adotar, para a oferta do ensino médio, a educação híbrida, caracterizada por momentos presenciais e remotos com a utilização pedagógica e integração de várias tecnologias digitais.

Autor: Luisa Canziani (PSD/PR)

Relator: Ismael (PSD/SC)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 3.271/2021, apensado, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado o parecer com Complementação de Voto. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\)](#).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / CANCELADA

REQ 61/2024 - Requer aditamento ao Requerimento 42/2024 - CFT, para a inclusão de convidado na reunião de audiência pública.

Tema: Instruir o PLP 68/2024, que trata sobre a Regulamentação da Reforma Tributária (EC 132/2023)

Convidado:

- Representante da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

Autor: Luiz Gastão (PSD/CE)

Resultado: [Não deliberado](#).

PL 3339/2021 - Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.

Explicação: A pedido da CNM, prorroga prazos relativos à critérios que orientam a aplicação dos recursos do FUNDEB.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

Parecer: Pela aprovação do PL 3.339/2021, e do Substitutivo adotado pela CE.

Resultado: [Não deliberado](#).

PL 2408/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para incluir no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) informações que permitam a identificação da origem dos recursos utilizados nas contratações.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Não deliberado](#).

CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema: Comparecimento do Ministro de Estado da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Sr. Paulo Pimenta

Resultado: [Realizada](#).

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / CANCELADA

PL 1809/2023 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre o combate à divulgação de mentiras (fake news) que ponham em risco a saúde da população.

Autor: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1/2024 apresentada ao Substitutivo.

Resultado: [Não deliberado](#).

PL 1971/2023 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a segurança cibernética de aparelhos eletrônicos com acesso à internet comercializados no país.

Autor: Zé Vitor (PL/MG)

Relator: Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 4719/2023 - Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial.

Explicação Geral: Dentre outros, estabelece que os fundos setoriais nas áreas do Agronegócio, Aeronáutico, Biotecnologia, Energia, Espacial, Hidro, Inovar-Auto e Saúde deverão investir, no mínimo, 10% no desenvolvimento tecnológico em inteligência artificial.

Autor: Dimas Gadelha (PT/RJ)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 1539/2024, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PL 1506/2024 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa” para vedar a comunicação ou notificação à pessoa idosa por meios eletrônicos.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Geraldo Resende (PSDB/MS)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Incluída após envio da Agenda

PL 4260/2020 - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral.

Explicação: proíbe a suspensão ou redução de pacotes de serviços de telecomunicações de banda larga fixa e móvel por qualquer motivo durante o período eleitoral. Em caso de descumprimento, ficam as prestadoras dos serviços de telecomunicações sujeitas às sanções previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

PLP 81/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Explicação: determina ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) as mesmas condições do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na qual veda o contingenciamento e desvinculação de recursos do fundo e estabelece o limite de 50% para aplicações em recursos reembolsáveis. Ademais, destina 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

PL 1585/2019 - Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências.

Autor: Dr. Jaziel (PL/CE)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela rejeição deste, dos PLs 1797/2019, 2285/2019, 2463/2019, 1785/2023, 2827/2023, 4028/2023, 1798/2023, 2048/2023, e 2691/2023, apensados.

Resultado: Não deliberado.

PL 2018/2022 - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações.

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder

de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 634/2020, e 2976/2023, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

Resultado: Não deliberado.

PL 3343/2020 - Dispõe sobre a responsabilidade de fornecedor de aplicativo de troca de mensagens quanto à segurança de acesso e a privacidade das informações intercambiadas por seus usuários.

Autor: Professora Dayane Pimentel (UNIÃO/BA)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 1177/2023, apensado.

Resultado: Não deliberado.

PL 5318/2020 - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências..

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 1349/2021 - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

Explicação: estabelece que os recursos que as empresas recolheriam ao Fust poderão ser aplicados diretamente nos investimentos de ampliação de sua rede, beneficiando as áreas rurais e urbanas de baixo IDH, contribuindo para a expansão e interiorização mais rápida da internet e telefonia 5G no Brasil.

Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 1799/2021 - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos.

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também serão afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Autor: Tito (AVANTE/BA)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

PL 4357/2021 - Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre transparência na remuneração de usuários por provedores de aplicações de internet.

Explicação: determina que os provedores de aplicações de internet que remuneram seus usuários devem fazê-lo de maneira transparente, com explicações claras e compreensíveis do funcionamento de seus algoritmos de monetização, bem como devem fornecer estatísticas e expectativas reais de remuneração.

Autor: Cássio Andrade (PSB/PA)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 1876/2023 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 272/2024, apensado, com Substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 2112/2023 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando as empresas responsáveis pelo provimento de serviços de aplicativos de relacionamento a condicionarem o acesso ao cadastramento prévio do CPF do usuário.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 2811/2023, apensado, com Substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / CANCELADA

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em "sites" hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 2622/2022 - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis.

Explicação: projeto estabelece que os aplicativos utilizados para acesso a consulta ou movimentação bancária deverão obrigatoriamente pedir a senha ou identificação biométrica do dispositivo móvel antes de carregar a tela inicial. Além disso, deverão: i) avisar e solicitar a concordância expressa do usuário se o dispositivo estiver conectado numa rede wi-fi pública ou de baixa segurança; ii) proporcionar opção para que o usuário possa bloquear temporariamente o acesso do aplicativo através de outro dispositivo móvel. Outra obrigação prevista é a da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) de manter número único para acesso a central telefônica, na qual o usuário que tiver seu aparelho furtado poderá efetuar o bloqueio temporário de todos os aplicativos de todos os bancos conveniados. Por fim, fica de responsabilidade exclusiva da instituição bancária a restituição de movimentações fraudadas, efetuadas por terceiros, que aproveitem alguma falha de segurança comprovada.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 3055/2023, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Quinta-feira (04/07)

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Audiência Pública - **Tema:** Avaliação das atividades desempenhadas pelas Ouvidorias das Agências Reguladoras Federais.

Resultado: Realizada.

GTRETRIB - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ANALISAR E DEBATER, NO ÂMBITO DA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, O PLP 68/2024, QUE INSTITUI O IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS), A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS) E O IMPOSTO SELETIVO (IS) / Incluída após envio da Agenda

Reunião Técnica - **Tema:** Coletiva de imprensa dos Membros do GT para apresentação do Relatório

Resultado: Realizada.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO

Seminário - **Tema:** Debate a respeito do Contexto Político e Legislativo dos Trabalhadores por Plataforma (Aplicativos)

Resultado: Realizada.

Sexta-feira (05/07)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Incluída após envio da Agenda

Seminário - Tema: Ecoinovação: Ideias Transformadoras
Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (01/07)

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Audiência Pública - Tema: Debater a Categorização e Avaliação de Riscos em Sistemas de IA (avaliação preliminar de riscos; definição e regulação de risco excessivo e alto risco; critérios de classificação de riscos em sistemas de IA), com o objetivo de instruir o PL 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.
Resultado: Realizada.

Terça-feira (02/07)

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / *Incluída após envio da Agenda*

Audiência Pública - Tema: Instruir o PL 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.
Resultado: Realizada.

Quarta-feira (03/07)

CTFC - COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR / *Incluída após envio da Agenda*

PL 2725/2022 - Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.
Autor: Tabata Amaral
Relator: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)
Parecer: Pela aprovação com 1 emenda (de redação)
Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura (CE).

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / *Incluída após envio da Agenda*

PL 1006/2022 - Institui normas aplicáveis a atividades espaciais nacionais.
Autor: Pedro Lucas Fernandes
Relator: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)
Parecer: Pela aprovação com emendas.
Resultado: Aprovado. A matéria vai a Plenário.

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA

Audiência Pública – Tema: Debater o tema CONECTA e CAPACITA: Panorama da Escassez de profissionais de TI no Brasil – Delimitação dos Desafios e impactos sobre a inovação; com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil".
Resultado: Realizada.

CRA - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PL 1069/2024 - Institui a Política Nacional de Conectividade no Campo.
Autor: Jayme Campos (UNIÃO/MT)
Relator: Alan Rick (UNIÃO/AC)
Parecer: Pendente de Relatório.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD).

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Incluída após envio da Agenda

Audiência Pública - Tema: Debater a Governança dos Sistemas de IA (disposições gerais de governança; medidas de governança para sistemas de alto risco; avaliação de impacto algorítmico), com o objetivo de instruir o PL 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

Resultado: Realizada.

CEEJA - SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Reunião - Tema: Instalação e Eleição de Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos. Deliberação do plano de trabalho da CEEJA.

Resultado: Realizada.

Quinta-feira (04/07)

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Incluída após envio da Agenda

PL 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação do PL nº 2.338, de 2023; pela aprovação das Emendas nº 4, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 35, 38, 44, 47, 49, 50, 52, 75, 86, 96, 108 e 125, pela aprovação parcial das Emendas nº 1, 3, 5, 7, 10, 22, 27, 34, 42, 43, 45, 46, 53, 84, 105, 106, 107, 114, 126 e 127; rejeição das demais, na forma do substitutivo consolidado; e pela declaração de prejudicialidade do PL nº 21, de 2020; PL nº 5.051, de 2019; PL nº 5.691, de 2019; PL nº 872, de 2021; PL nº 3.592, de 2023; PL nº 210, de 2024; e PL nº 266, de 2024.

Resultado: Concedia vista coletiva.